



**ATA DA REUNIÃO Nº 16
DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO
DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
23 de fevereiro de 2011**

1 No vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e onze reuniu-se, em caráter
2 ordinário, para a reunião de número dezesseis, o Conselho Consultivo e Deliberativo do
3 Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – Conselho da Cidade, às oito horas,
4 na Sala de Reuniões do Ippuj, prédio central da Prefeitura de Joinville, à Avenida Hermann
5 August Lepper, nº 10, bairro Saguçu, em Joinville, Santa Catarina, atendendo à
6 convocação do Presidente do Conselho da Cidade, Luiz Alberto de Souza, com o objetivo de
7 discutir a seguinte ordem do dia: a) Leitura do edital de convocação; b) Leitura e aprovação
8 da ata da reunião anterior; c) Lei de Ordenamento Territorial; d) Assuntos gerais. No início
9 da reunião o Presidente leu o edital de convocação, e tendo sido dispensada a leitura da ata
10 da reunião anterior, essa foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Luiz Alberto
11 teceu comentários sobre a Reunião Conjunta das Câmaras, realizada em dezessete de
12 fevereiro no Centro de Convenções Alfredo Salfer, no Centreventos Cau Hansen, e sobre os
13 objetivos da reunião de hoje. O conselheiro Udo Döhler propôs que a lei fosse analisada em
14 partes e encaminhada ao Executivo de forma segmentada. O conselheiro Mário Cezar
15 Aguiar falou que é importante que primeiro haja uma boa definição das regiões. O
16 conselheiro Lauri do Nascimento, coordenador da Câmara Comunitária de Qualificação do
17 Ambiente Construído, lembrou que devemos levantar o nível de foco, para não se perder o
18 todo, que é harmônico e tem muita relação causa e efeito. A conselheira Maria Salete
19 Rodrigues Pacheco disse que seria interessante que o Ippuj fosse à Ajorpeme para falar
20 sobre a nova lei de Ordenamento Territorial. O presidente Luiz Alberto falou sobre o grande
21 número de conselheiros, distribuídos em sete Câmaras, e disse que se não houver uma boa
22 coordenação será difícil o consenso e a construção do todo. O conselheiro Udo Döhler
23 disse que a discussão diminui a chance de avançar, e se não for bem conduzido, o
24 processo de discussão dessa nova lei levará anos. Murilo, iniciando a apresentação,
25 explicou que a intenção desta reunião é gerar uma agenda de discussão. Projetou a minuta
26 da nova Lei de Ordenamento Territorial, e falou sobre a ideia de reunir todos os conselheiros
27 e possibilitar o entendimento da lei de uma forma geral e abrangente, para depois discutir
28 sobre a melhor metodologia de abordagem. Murilo falou sobre os anexos e os principais
29 conceitos. Disse que um dos objetivos dessa lei é homogeneizar mais o zoneamento, e
30 mostrou os mapas urbano e rural. Informou que está em fase de finalização a lei comentada,
31 com conceitos e posicionamentos para facilitar aos conselheiros sua compreensão, e que
32 estará disponível aos conselheiros em aproximadamente dez dias. Lauri perguntou se
33 aparece na lei o sistema viário, e Murilo respondeu que sim, mas que não entra como um
34 título, pois será abordado mais especificamente no sistema viário. Murilo comentou que é
35 complicado para o Ippuj ir em todas as Câmaras, e que isso poderia mais confundir do que
36 esclarecer. Explicou que a ideia é dividir a lei em blocos, e fazer uma apresentação para
37 todos os membros do Conselho da Cidade num só momento, para expor o que está sendo
38 mudado e quais são as expectativas, e aproveitar para tirar dúvidas; somente depois as
39 Câmaras iniciariam o debate. Disse que talvez sejam necessários sete reuniões conjuntas, e
40 falou que seria interessante que o Conselho da Cidade discutisse os conceitos e deixasse
41 com o Ippuj a definição de aspectos técnicos, como a questão do tamanho dos lotes, por
42 exemplo. A proposta do Ippuj é de que se façam reuniões temáticas, em seis ou sete
43 reuniões quinzenais, com duração de duas horas cada reunião, para que seja possível
44 fechar o assunto até meados de junho deste ano. O Presidente Luiz Alberto disse que será
45 necessário um esforço de todos os conselheiros, tanto na Reunião Conjunta de todas as
46 Câmaras quanto no debate com seus pares, tanto na Câmara Comunitária quanto nas
47 entidades que representam. Disse que, se não cuidarmos, esse debate pode se estender a
48 anos, e a Câmara de Vereadores tem outro ritmo. Lembrou que há várias solicitações de
49 alteração nas Áreas Rurais de Transição, ART, e que ainda não há regulamentação para os



50 usos permitidos nessas áreas. Udo Döhler comentou que os usos nessas áreas são
51 conhecidos, mas não estão legalmente definidos. O conselheiro Ivandro de Souza disse
52 concordar com a sugestão do Murilo, e que as Câmaras, por serem grupos menores, podem
53 marcar quantas reuniões extraordinárias forem necessárias. Sugeriu também que o Ippuj
54 atue como consultor nas discussões das Câmaras, e assim será possível avançar. Mário
55 Aguiar disse que os representantes das Câmaras devem repassar as opiniões da Câmara
56 nas reuniões do Conselho Consultivo e Deliberativo. Luiz Alberto falou que temos que nos
57 preocupar com as exceções, e nos ater ao que for estruturante e estratégico. Temos que
58 nos concentrar no que a nova Lei de Ordenamento traz como mudança, e no que o
59 Conselho da Cidade quer que seja mudado. O Presidente comentou sobre a questão da
60 verticalização, por exemplo, sobre o que há muitas divergências de opinião. Falou sobre o
61 Plano Diretor da Zona Aeroportuária, áreas ambientais, áreas alagadiças e Cota Quarenta.
62 Disse que é importante definir a vocação de usos para a ÁRT, pois hoje os parâmetros são
63 de Área Rural. Mário Aguiar propôs que seja apresentado somente que for diferente do que
64 está na lei, as inovações em termos de zoneamento e as áreas que serão modificadas, e
65 disse que devemos ser mais ousados e adaptados ao tipo de cidade que queremos.
66 Comentou ainda que o sistema viário atual não permite o desenvolvimento de certas áreas
67 em Joinville. Lauri lembrou que a cidade está em contínua transformação, e é importante
68 definir as políticas de desenvolvimento; o principal é saber que coisas novas há, como o que
69 fazer para prevenir alagamentos, por exemplo. Maria Salete lembrou que os conselheiros
70 podem trazer propostas e ideias das entidades que representam. Udo Döhler sugeriu que
71 sejam realizados sete seminários expositivos ao longo de um mês e meio, e somente depois
72 haver o debate nas Câmaras; assim, primeiro se teria a visão do todo, e depois viriam as
73 sugestões. Os conselheiros concordaram com essa ideia. O conselheiro Roque Antônio
74 Mattei lembrou que esses seminários seriam como aulas, cada uma com um tema, bem
75 pedagógico e didático, e dessa forma teremos o foco ampliado. O conselheiro Emerson
76 Siqueira sugeriu que depois desses seminários se seguisse o programa proposto pelo Ippuj.,
77 Luiz Alberto lembrou que a lei comentada será enviada a todos os membros do Conselho da
78 Cidade em dez dias, e é bem técnico. Sugeriu que em vinte dias seja feito um primeiro
79 seminário, para a apresentação conceitual das estratégias e a distribuição espacial, olhando
80 o município como um todo. Nesse seminário não seria feita a discussão da lei em si, mas
81 apenas a apresentação da proposta do Ippuj sobre como espera que a cidade se ordene. Se
82 for necessário deverá ser feito outro seminário complementar, para que se tenha uma visão
83 geral da lei. O conselheiro Emerson sugeriu fazer em dois dias seguidos. Luiz Alberto fez
84 outra sugestão, de que o formato seja como um curso, com cinco aulas, não intercaladas,
85 com cinco temas, duas horas para cada tema, e somente depois dessas aulas as Câmaras
86 começariam a discussão do assunto, com assessoria do Ippuj em cada uma delas. Antes
87 dessas aulas, sugeriu um seminário de discussão do Plano Diretor, com foco conceitual,
88 sobre os artigos da lei, mapas e tabelas, para desmistificar o assunto e apresentá-lo de uma
89 forma que todos possam compreender. Depois desse seminário inicial o CCD deveria
90 analisar o resultado da reunião e repensar ou ratificar a metodologia proposta. A sugestão
91 foi aprovada pelos conselheiros, e ficou definido o dia dezesseis de março, quarta-feira, no
92 período noturno, das dezoito às vinte e duas horas, ficando a Secretaria Executiva
93 encarregada de verificar um local para o evento. Em assuntos gerais o Presidente lembrou
94 que em março termina o prazo para que as Câmaras enviem suas sugestões sobre a Lei da
95 Outorga Onerosa do Direito de Construir, pois o Executivo gostaria de ter uma posição do
96 Conselho da Cidade sobre a questão. A Secretaria Executiva deverá reforçar este lembrete
97 aos coordenadores das Câmaras. A pauta de março para o CCD será a análise da Reunião
98 Conjunta das Câmaras no dia dezesseis de março e o fechamento da Lei da Outorga
99 Onerosa do Direito de Construir. O conselheiro Ivandro chamou atenção ao fato de que,
100 independentemente do posicionamento do Conselho da Cidade, a Câmara de Vereadores
101 tem a prerrogativa de decidir à revelia do Conselho, e portanto questiona a eficácia das
102 discussões. Sugeriu que o Conselho da Cidade e a Fundação Ippuj façam, juntas, uma visita
103 à Câmara de Vereadores para tentar frear essas discussões pontuais. Luiz Alberto disse que
104 a generalização é um risco, e o Plano Diretor prevê a Outorga Onerosa. A regulamentação e
105 ordenamento da cidade se dá por etapas, por leis complementares. Disse que o importante
106 é ter critérios. Na lei da Outorga não há benefício para o construtor, e não há perigo, se



107 atendidas as exigências, como o EIV, por exemplo. O Presidente falou também sobre o novo
108 modo de vida nas áreas centrais, em que o carro não vai mais ser o protagonista, mas o
109 andar a pé, de bicicleta ou ônibus. Disse que Joinville não tem demanda para metrô
110 subterrâneo, mas de superfície, sim. Seria “metrolizar” os ônibus, com tubos de estação pró-
111 embarque. Temos que pensar a cidade com olhar no futuro. O conselheiro Mário Aguiar
112 sugeriu que fosse exigido um recuo frontal maior, de dez metros, com um jardim nos cinco
113 primeiros metros, voltado à via pública. Sugeriu também incentivar a construção de edifícios
114 garagem. O conselheiro Eduardo Dalbosco sugeriu que, na próxima reunião em março, o
115 CCD decida enviar ou não as sugestões sobre Outorga Onerosa ao Executivo. Lauri do
116 Nascimento comentou que Curitiba é um modelo pelos parques que permeiam os bairros, e
117 também pela facilidade de locomoção. O Presidente registrou a justificativa de ausência de
118 Rosana Barreto Martins, que não poderá estar presente nas próximas reuniões do CCD,
119 mas continuará participando das reuniões da Câmara Comunitária de Qualificação do
120 Ambiente Construído. Ivandro comentou que não tem visto muitas discussões sobre saúde e
121 educação no Conselho da Cidade, e Luiz Alberto explicou que cada Câmara tem sua
122 vocação, e esses assuntos estão sendo trabalhados pela Câmara de Promoção Social. O
123 Presidente aproveitou para lembrar que existe uma tensão dentro do Conselho da Cidade
124 para que o Executivo seja o único alimentador de temas para discussão. O Executivo tem
125 uma pauta, mas cada Câmara tem suas prioridades, e tem liberdade para dizer o que quer
126 discutir. Falou também que é muito complicado haver sete Câmaras Comunitárias, diferente
127 do modelo do Ministério das Cidades. Em agosto deve haver a Conferência da Cidade, e no
128 evento poderão ser discutidas as questões de paridade, da presidência vinculada ao Ippuj, e
129 a possível redução para quatro câmaras. O conselheiro Ivandro ressaltou que só uma
130 pessoa madura poderia colocar a questão da presidência em discussão. Luiz Alberto
131 lembrou que não seria inteligente mudar sem antes testar a forma pré-definida. O
132 conselheiro Alsione Gomes de Oliveira Filho comentou que as Câmaras se pautam muito no
133 CCD, e que deveriam discutir outros assuntos. O Presidente Luiz Alberto comentou sobre o
134 Seminário de Balanço sobre os Planos Diretores, do Ministério das Cidades, e disse que a
135 ideia é a unificação de vários conselhos no Conselho da Cidade, e discutir as grandes
136 temáticas. O Conselho da Cidade não pode ficar só na questão espacial, bem como não
137 pode se restringir à cidade sem olhar para o seu entorno. Disse que o centro do
138 planejamento é o cidadão, e passa pela renda dele. Ivandro comentou que o valor da terra
139 baixaria se fosse aplicado o Iptu Progressivo. Nada mais havendo a tratar, às dez horas o
140 Presidente Luiz Alberto deu por encerrada a reunião. Ficam registradas as justificativas de
141 ausência dos conselheiros: Andréa Knabem, Eduardo Miers, Marcele Figueiredo Andrade de
142 Luca, Maria Ivonete Peixer da Silva, Nilzete Farias Hoenicke, Rodrigo Thomazi, Rosana
143 Barreto Martins e Vanderlei Pedro Quintino. Eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária
144 Executiva do Conselho da Cidade, lavrei esta ata, que vai assinada pelo Presidente do
145 Conselho, por mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, vinte e três de fevereiro de dois
146 mil e onze.

Luiz Alberto de Souza
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

Presidência		Luiz Alberto de Souza - Fundação IPPUJ			
Grupo de Trabalho	CÂMARA	PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
		TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
GT 1	Câmara Comunitária de Promoção Econômica	- ausente - Maria Ivonete Peixer da Silva GP	Alsione Gomes de Oliveira Filho SH	Mário Cezar Aguiar ACIJ	- ausente - Gean Marcos Dombroski Corrêa Instituto AJORPEME
GT 2	Câmara Comunitária de Promoção Social	Silvestre Ferreira FCJ	- ausente - Maria Teresa Soares SAS	- ausente - Lenin Peña IDS	- ausente - Eduardo Miers CEAJ
GT 3	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Natural	Marcos Rodolfo Schoene FUNDEMA	- ausente - Marcele Figueiredo Andrade de Luca AMAE	Maria Salete Rodrigues Pacheco AJORPEME	- ausente - Andrea Knabem AMABA
GT 4	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído	Gilberto Pires Gayer FUNDEMA	- ausente - Nilzete Farias Hoenicke IPPUJ	Ivandro de Souza Instituto Joinville	- ausente - Rosana Barreto Martins CEAJ
GT 5	Câmara Comunitária de Integração Regional	Eduardo Dalbosco SEPLAN	- ausente - Rodrigo Fallgatter Thomazi SIDE	Udo Döhler ACIJ	Roque Antônio Mattei Instituto Joinville
GT 6	Câmara Comunitária de Estruturação e Ordenamento Territorial	Ariel Arno Pizzolatti SEINFRA	- ausente - Fabiano Lopes de Souza SRVN	- ausente - Jorge Arnaldo Laureano SECOVI	Henrique Chiste Neto AJECI
GT 7	Câmara Comunitária de Mobilidade e Acessibilidade	Eduardo Bartniak Filho CONURB	- ausente - Sérgio Luiz Celestino da Silva SAS	Emerson Siqueira AJECI	- ausente - Vanderlei Pedro Quintino CEPE

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.